

Planejamento

Estratégico



<https://camaradesume.pb.gov.br/>



1. Cidade

No final do século XVIII, iniciou-se a fixação de colonos na zona do Cariri paraibano. Procedentes do próprio Estado e de Pernambuco, ali se estabeleceram com fazendas de criação de gado. São João do Cariri, a mais antiga localidade da zona, foi elevada a sede de Freguesia em 1750. Em 1762, as terras onde hoje está a Sede do Município de Sumé integravam uma fazenda, pertencente a Manuel Tavares Baía. A povoação foi fundada, em 1903, por Manuel Augusto de Araújo, na confluência do Rio Sucuru com o Riacho São Tomé, ficando conhecida com o nome do riacho. A Divisão Administrativa do Brasil de 1911, integrou ao Município de Alagoa do Monteiro o Distrito de São Tomé. A subordinação criou animosidade entre as duas povoações, só sanada em 1951, quando foi criado o Município de Sumé, compreendendo o Distrito de São Tomé e, posteriormente, parte do Distrito de Prata. A mesma Lei criou a Comarca de Sumé.



Algumas das Comunidades Rurais

Pitombeira
Carnaúba
Mandacarú
Cachoeira de Baixo
Cachoeira de Cima
Laginhas
Volta do Rio
Serrote Verde
Maracajá
Olho D'água Branca
Cabeça Branca
Sorocaba
Pau d'Arco
Caiçara
Margem do Rio
Monteiro
Oiti
Balanço
Porteiras
Terra Vermelha
Porteiras



Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico da Câmara Municipal de Sumé se deu na
apropriação das etapas abaixo descritas



•  1. Missão

•  2. Valores

•  3. Visão Estratégica

•  4. Objetivos Estratégicos

•  4.1 Objetivos Finalísticos





1. Missão



A Missão representa a razão de ser de uma organização, seu propósito, seu sentido e o seu papel na sociedade. Além disso, deve transmitir uma declaração de propósito ampla e duradoura. A Missão da Câmara Municipal de Sumé - PB, ficou definida assim:

"Representar a população de Sumé - PB, oferecendo um espaço democrático e participativo, fiscalizando os atos da administração pública e legislando em prol de uma sociedade mais justa e menos desigual".

A representação política constitui um dos pilares da democracia contemporânea e se baseia no princípio constitucional de que todo o poder do Estado emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos.

Ao lado da representação, a oferta de um espaço democrático e participativo na agenda política é hoje reconhecida como condição indispensável à qualidade do debate e da deliberação pública e ao pleno exercício da cidadania. Ao contemplar a manifestação da pluralidade, necessária para a busca do consenso possível, a participação também respalda o processo legislativo e estimula a cooperação dos atores sociais para que as ações sugeridas sejam colocadas em prática.

A fiscalização dos atos da Administração Pública e a legislação em prol de uma sociedade mais justa e menos desigual estão intrinsecamente relacionadas às atividades-fim do Poder Legislativo. Em nossa Missão, o ato de legislar por mais justiça e menos desigualdade foi destacado pela necessidade de comprometimento com a melhora da sociedade de que faz parte.



2. Valores



Valores são os princípios e atributos prezados pela organização, elementos que devem ser interiorizados e colocados em prática por todos. Os Valores complementam a Missão, portanto são referência para a atuação institucional.

A Câmara Municipal de Sumé - PB, se encarrega dos seguintes valores:

ÉTICA

TRANSPARÊNCIA

**COMPROMETIMENTO COM AS
DEMANDAS SOCIAIS**

EFETIVIDADE

**INDEPENDÊNCIA
DO LEGISLATIVO**

LEGALIDADE

**CONTINUIDADE DAS AÇ
ÕES INSTITUCIONAIS**

PLURALISMO

Ética

A ética de um órgão é o agir sempre de acordo com a sua razão de existir, que no âmbito do Poder Legislativo é: **“representar a população de Sumé - PB, oferecendo um espaço democrático e participativo, fiscalizando os atos da Administração Pública e legislando em prol de uma cidade mais justa e menos desigual”**.

No âmbito individual, isso se traduz na consciência de que todos devem servir à população de Sumé, de que a fiscalização é papel de todos e de que todos são cidadãos e, por isso, também têm o direito e o dever de contribuir com uma legislação que se desenvolve em prol de uma cidade mais justa e menos desigual.

Transparência

A Câmara Municipal de Sumé - PB, deve ser transparente em suas atividades externas e internas. No âmbito externo, deve divulgar e publicar suas informações de maneira clara, acessível e atualizada para os cidadãos. Adicionalmente, no âmbito interno, é importante promover ampla transparência em todas as esferas de ação, seja na de servidores, ou seja na de agentes políticos.



Comprometimento com as demandas sociais

O Poder Legislativo deve estar atento e em constante diálogo com os cidadãos e com os representantes dos diferentes grupos sociais de Sumé - PB. Além disso, deve se comprometer a atender, na medida do possível, às demandas apresentadas, assim como esclarecer os motivos da impossibilidade de atendê-las. Quando não couber exclusivamente ao Legislativo o atendimento às reivindicações 05 propostas, é importante que estabeleça um diálogo com o Executivo em prol de soluções mais efetivas para a sociedade.

Efetividade

A efetividade não se confunde com eficácia nem com eficiência. Enquanto esta se refere à racionalidade no uso dos recursos para a consecução de um fim, a eficácia está relacionada à consecução do fim. Tanto uma como outra não se relacionam com os benefícios trazidos por uma ação, que são exatamente o escopo da efetividade



Independência do Legislativo

A independência entre os diferentes Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), apesar de condição elementar para que cada um deles atue de forma plena e satisfatória, não é realidade em nenhuma das esferas (federal, estadual e municipal). A solução para essa situação passa por uma ampla reforma política, cuja realização infelizmente ainda se encontra distante no horizonte político do país.

Apesar disso, é importante que a Câmara Municipal de Sumé - PB, busque sua independência, principalmente do Executivo. A Câmara deve buscar a representação dos interesses da população acima de quaisquer outros e fiscalizar o Executivo, conforme atribuição constitucional. Ambos os compromissos só podem ser alcançados por meio de uma postura de independência do Legislativo.

Legalidad

e—

Aplicando-se o termo **“legalidade”**, associado diretamente ao princípio da legalidade, à Administração Pública, depreende-se que esta tem o dever de se subordinar à vontade popular materializada por lei.

Dessa forma, a Administração Pública só deve fazer o que está previsto em lei e, ao interpretá-la, deve sempre visar ao interesse público.

Sendo assim, na elaboração de normas e no desempenho de suas funções institucionais, os membros da Câmara devem resguardar e respeitar o interesse público, que é o norte de sua atividade, pois o ato que se desencontra do interesse público por desvios de conduta no Legislativo agride os direitos de cada indivíduo e afronta o princípio da legalidade, que é uma proteção a todo o corpo social.



Continuidade das ações institucionais

A falta de uma gestão estratégica associada à troca, a cada dois anos, da presidência da Câmara leva com frequência ao abandono de ações institucionais em andamento para a adoção de outras, muitas vezes sem um critério bem definido e em detrimento do desenvolvimento da instituição.

Sem uma cultura de planejamento, privilegia-se o curto prazo ao invés do longo prazo, que se relaciona com a continuidade das ações institucionais e com o desenvolvimento contínuo da instituição. Por outro lado, a continuidade não deve ser buscada a qualquer custo. Quando a ação não estiver surtindo o efeito desejado ou tiver deixado de ser viável, deve ser substituída por outra, desde que se parta de critérios claros e objetivos.

Pluralismo

A Câmara Municipal de Sumé - PB, deve ser um espaço político que abriga diferentes ideias e manifestações de opiniões dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, de maneira que as decisões de poder se construam em torno do diálogo e do debate. No âmbito das relações humanas, deve-se reconhecer e respeitar a diversidade, não praticando discriminação em razão de preconceitos de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, posição político-partidária, posição social ou quaisquer outros motivos.





3. Visão Estratégica



A Visão da Câmara Municipal de Sumé - PB, tem um horizonte temporal de quatro anos, em consonância com o tempo de vigência do Plano Plurianual (PPA). Com a conclusão das etapas anteriores e com o horizonte temporal definido, nossa Visão foi traduzida da seguinte forma:

“Até 2025, aproximar-se da população por meio de uma gestão transparente e contemporânea.” A Visão definida engloba duas ideias principais:

a) “[...] aproximar-se da população”;

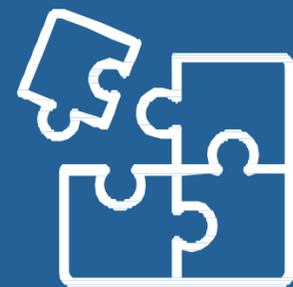
b) “[...] por meio de uma gestão transparente e contemporânea”.

A primeira ideia, qual seja, **“aproximar-se da população”**, está diretamente ligada à Missão da Câmara, especialmente ao trecho que diz: **“representar a população de Sumé - PB, oferecendo um espaço democrático e participativo”**, assim como aos Valores **“comprometimento com as demandas sociais”** e **“pluralismo”**. Além disso, o distanciamento entre o Poder Legislativo e a população de Sumé - PB, apareceu com muita força nas respostas dos questionários e na consolidação da Análise Interna.

Dessa forma, o desejo de se aproximar da população surgiu quase naturalmente na construção da Visão. Aproximar-se da população de Salgado - SE, significa, nesse contexto, cumprir o objetivo principal da Câmara e também responder a uma situação de distanciamento entre a instituição e o restante da sociedade.

A segunda ideia, diz: **“[...] por meio de uma gestão transparente e contemporânea”**, é ao mesmo tempo a forma como se alcançará uma maior proximidade e a tradução de elementos que apareceram nas etapas anteriores. Um dos motivos do distanciamento já referido é o descompasso entre o Poder Legislativo e seu entorno. Burocracia excessiva, uso de tecnologias arcaicas, gestão patrimonialista, falta de flexibilidade e transparência, entre outros obstáculos, são situações ainda costumeiras no Poder Legislativo, mas não condizentes com o mundo contemporâneo.

Quando se fala em gestão transparente e contemporânea, fala-se de desburocratização, uso de tecnologias avançadas, sustentabilidade, flexibilidade, valorização do ser humano, gestão por resultados, gestão estratégica, excelência nos serviços prestados. Acreditamos que apenas com uma mudança de postura interna seja possível reconquistar a credibilidade do Poder Legislativo, tão questionada atualmente.

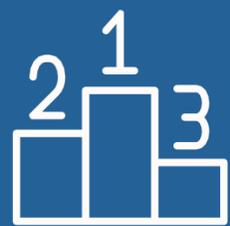


4. Objetivos Estratégicos



Os Objetivos Estratégicos são as diretrizes que devemos seguir para alcançar nossa Visão. São eles que indicam as principais linhas de atuação da instituição nos anos vindouros. São divididos em **Objetivos Finalísticos**, que representam a perspectiva Cidadãos/Usuários, e **Objetivos Organizacionais**, subdivididos, por sua vez, nas perspectivas: Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Financeira.





4.1 Objetivos Finalísticos



- **OBJETIVO: Aprimorar a comunicação da Câmara com a população.**

Definição: Adotar política de comunicação que assegure a transparência das ações e estimule o diálogo com a sociedade.

Meta: Aumentar as formas de comunicação e seu alcance.

Indicador: Aumento das formas de comunicação e de seu alcance em comparação com o início do período.

- **OBJETIVO: melhorar a qualidade das leis.**

Definição: Tornar as leis mais claras e efetivas para a população.

Meta: Aumentar a participação da população nos trabalhos do Legislativo

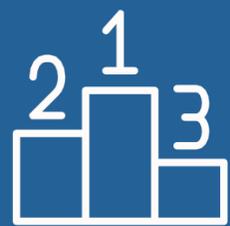
Indicadores: Quantidade de audiências públicas realizadas, quantidade de requerimentos feitos, quantidade de normas jurídicas criadas (Leis Ordinárias, Leis Complementares e Emendas à Lei Orgânica) e quantidade de debates abertos realizados.

- **OBJETIVO: promover a educação para a cidadania.**

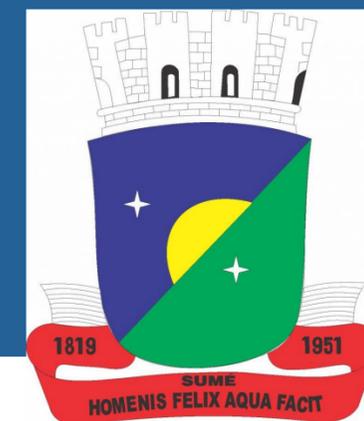
Definição: Propiciar à sociedade um melhor entendimento do papel do Legislativo para aumentar seu interesse em participar das discussões e da fiscalização.

Meta: Desenvolver e consolidar programas e ações educacionais voltados à população na esfera legislativa.

Indicadores: Número de programas consolidados e população atingida por programa ou ação implementada.



4.1 Objetivos Finalísticos



- **OBJETIVO: aprimorar canais de participação popular no Legislativo.**

Definição: Melhorar os canais de participação já existentes, como o site oficial, as redes sociais, e a Ouvidoria, bem como diversificá-los.

Meta: Criar e consolidar canais de participação popular no Legislativo, aprimorando os já existentes.

Indicadores: Canais de participação criados e consolidados e participação nos canais existentes.

- **OBJETIVO: diversificar canais de fiscalização.**

Definição: Incentivar a população e o Legislativo a utilizarem diversos canais a fim de acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Administração Pública.

Meta: Criar canais alternativos de fiscalização.

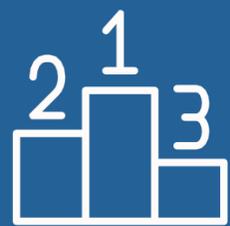
Indicador: Número de canais criados. 7.1 - Objetivos Organizacionais

- **OBJETIVO: promover melhoria contínua.**

Definição: Promover a melhoria contínua dos processos, do uso de recursos e da estrutura interna visando à efetividade nos trabalhos da instituição.

Meta: Concluir o máximo possível dos projetos definidos.

Indicador: Número de projetos concluídos.



4.1 Objetivos Finalísticos



- **OBJETIVO: adequar a infraestrutura às necessidades da Câmara.**

Definição: Aprimorar a estrutura da Câmara a fim de que ela se torne adequada para o bom andamento dos trabalhos.

Meta: Concluir 100% dos projetos.

Indicador: Projetos concluídos em relação ao total de projetos.

- **OBJETIVO: promover a sustentabilidade da Câmara.**

Definição: Acompanhar a tendência de otimizar o uso dos recursos pensando na economicidade.

Meta: Reduzir em 5% o total de uso de recursos.

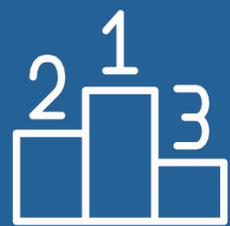
Indicador: Comparação do uso de recursos em 2025 com o uso de recursos em 2024.

- **OBJETIVO: melhorar a comunicação interna.**

Definição: Desenvolver a cultura de comunicação interna, transmitindo informações úteis e relevantes em um espaço curto de tempo a fim de melhorar os trabalhos internos.

Meta: Atingir a excelência quanto à comunicação interna na percepção dos servidores.

Indicador: Resultado de pesquisa interna.



4.1 Objetivos Finalísticos



- **OBJETIVO: promover a qualificação contínua.**

Definição: Capacitar os servidores para que tragam resultados melhores para a instituição.

Meta: Capacitar e treinar 100% dos servidores.

Indicador: Número de servidores capacitados e treinados em relação ao total de servidores.

- **OBJETIVO: assegurar recursos.**

Definição: Promover o alinhamento entre o planejamento e o orçamento, a fim de garantir o aporte de recursos necessário à implementação das ações estratégicas.

Meta: Ter recursos suficientes para atender à demanda anual da Câmara.

Indicador: Demandas não atendidas por falta de recursos.



Plano de Ação



PLANO DE AÇÃO 2025/2026

MELHORIA NA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E TRANSPARÊNCIA NA CMS - PB

AÇÕES	2025	
	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
1	Revisão dos processos e adequação das normativas	X
2	Implantação do novo site mais responsivo e transparente	X
3	Modernização eletrônica	X
4	Digitalização do arquivo corrente e organização do arquivo físico	X
5	Auditorias internas	X
6	Processo de regulamentação da LGPD e LAI	X
7	Reforma do prédio	X
8	Votações eletrônicas	X
9	Audiências públicas	X
10	Plotagem dos carros institucionais	X
11	Economicidade	X
12	Capacitação contínua	X
13	Implantação da acessibilidade	X

COMUNICAÇÃO E RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

1	Câmara Intinerante	X
2	Comunicação social efetiva, inclusive eventos e panfletagem	X
3	Balcão do cidadão	X
4	Criação do plano de comunicação social	X

Um plano de ação desempenha um papel crucial para a Câmara de Vereadores de Salgado, atuando como um guia estratégico para alcançar seus objetivos. Ele estabelece metas claras, orientando as atividades legislativas e administrativas de forma coerente. Ao definir prioridades, o plano de ação permite a alocação eficiente de recursos e esforços, maximizando os resultados. Além disso, fornece um meio de avaliar o progresso através de indicadores mensuráveis, facilitando a prestação de contas à comunidade.

A transparência é fortalecida, uma vez que os cidadãos podem acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas. O plano de ação também favorece uma abordagem proativa para lidar com desafios e mudanças, promovendo a adaptação responsável. A comunicação com os eleitores é aprimorada, uma vez que os objetivos são claramente comunicados, estimulando o envolvimento da comunidade e promovendo a confiança nas decisões tomadas. Em suma, um plano de ação é a espinha dorsal que orienta a eficácia, eficiência e responsabilidade da Câmara de Vereadores de Salgado.



Mesa editora



**Jeffeson
Menezes**
Presidente



Jane Isa
Vice-presidente



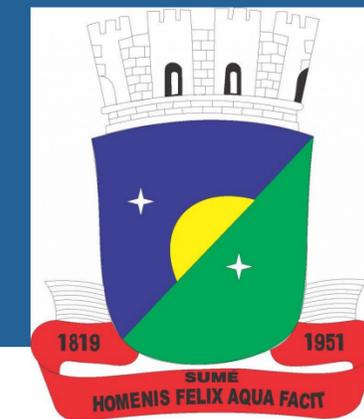
Ruan Pereira
1º Secretário



**Bruno
Duarte**
2º Secretário



Vereadores



Bruno Duarte



**Damião do Pio
X**



Daniel Lela



**Fernando
Lourenço**



Jane Isa



**Jeffeson
Menezes**



**José
Antônio**



**Arymateia
Alternativo**



Ruan Pereira



Branco Xiliu



Dida Alves



Comissão de Redação e Justiça



Ruan Pereira
Presidente



Jane Isa
Relator



Dida Alves
Membro

Comissão de Orçamento e Finanças



Bruno Duarte
Presidente



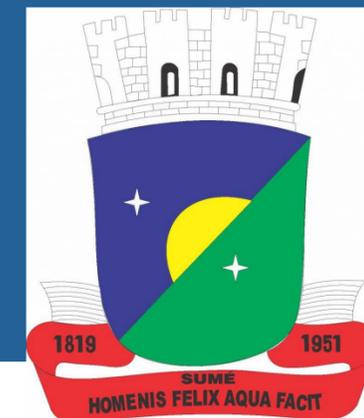
Fernando Lourenço
Relator



Zé Antônio
Membro



Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos



**Damião do
Pio X**
Presidente



Branco Xiliu
Relator



Daniel Lêla
Membro



Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social



Branco Xiliu
Presidente



Juan Pereira
Relator

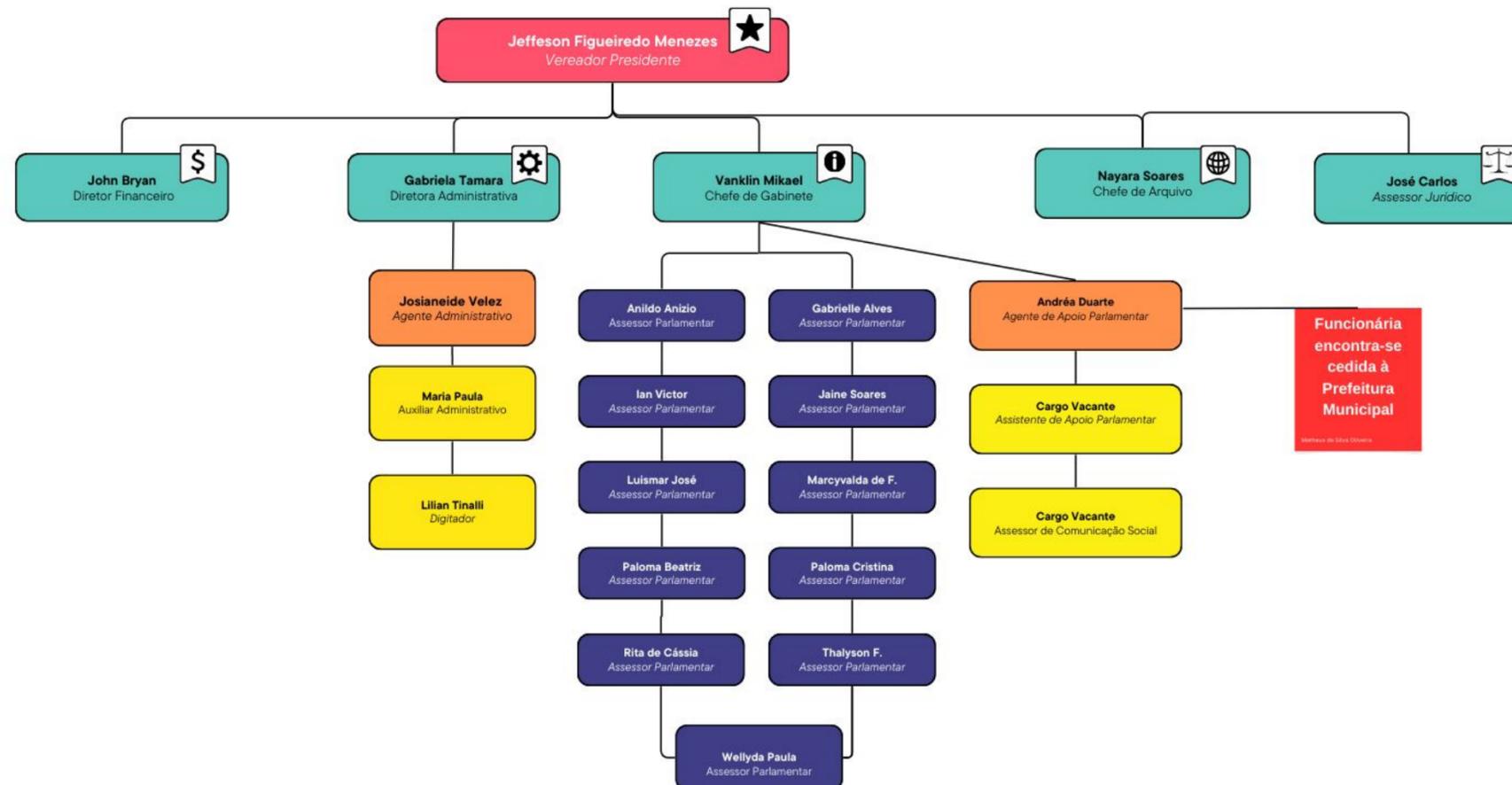


**Arymateia
Alternativo**
Membro

Organograma funcional



Organograma - Câmara de Sumé



Funcionária
encontra-se
cedida à
Prefeitura
Municipal